



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE MATERIAL - DMAT/CGAD/DLOG/PF

ESTUDO PRELIMINAR

Processo nº 08125.000422/2023-85

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. Número do processo: 08125.000422/2023-85.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa (DPF/PGZ/PR) ocupa o imóvel situado na Rua Carlos Osternack, 316 - Estrela, Ponta Grossa/PR, desde 2010.

2.2. Trata-se de imóvel locado inicialmente através do Contrato por Dispensa de Licitação nº 001/2010-SR/PF/PR, que vigeu de 11/01/2010 até 17/09/2018. As instalações foram mantidas no mesmo endereço através do Contrato de Locação nº 17/2018-SR/PF/PR, que encontra-se vigente desde 18/09/2018 até os dias atuais, findando em 17/09/2023.

2.3. Porém, em que pese o Contrato de Locação acima citado ainda encontrar-se em vigor, os proprietários do imóvel, se antecipando em mais de um ano do vencimento do contrato, manifestaram interesse na não renovação do Contrato de Locação.

2.4. No esforço de prospecção de imóveis para abrigar a Delegacia, o Chefe daquela unidade, em visita à Juíza do Trabalho Diretora do Foro de Ponta Grossa/PR, obteve a informação de que o imóvel ocupado pela Justiça do Trabalho naquele Município possui uma área disponível, em seu terceiro pavimento, que, em princípio, atenderia às necessidades da Polícia Federal, bem como não se vislumbraram quaisquer restrições ou prejuízos ao desempenho das atividades da Justiça do Trabalho, na hipótese de compartilhamento do imóvel em questão.

2.5. Assim, foram iniciadas as tratativas para compartilhamento das instalações. No âmbito desta Polícia Federal, o processo de cessão da área está sendo conduzido no processo SEI 08385.012793/2022-68, com minutas de documentos em fase de finalização.

2.6. Assim, considerando a iminência do término do prazo contratual, e a necessidade de possibilitar condições para que a mudança de endereço ocorra de forma a minimizar os transtornos aos usuários externos, servidores e colaboradores, o presente processo foi formalizado para viabilizar a contratação dos serviços especializados para a realização de toda a mudança comercial dos móveis pertencentes à delegacia interessada.

2.7. Assim, a contratação de serviços de transporte comercial visa atender as demandas de transporte dos bens móveis da DPF/PGZ/PR, cujos endereços de origem e destinos estão localizados no mesmo município, a cidade de Ponta Grossa.

2.8. A contratação, portanto, tem o condão de proporcionar à União, neste ato representada pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná, o atendimento de exigências previstas na legislação ao atendimento de movimentações de seus bens dentro daquele município, de forma a garantir sua devida preservação, nos termos constitucionais, devendo ser aplicadas condições que garantam seu adequado transporte, sem qualquer prejuízo ao patrimônio público.

2.9. A considerar que a pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2021/2023 da Polícia Federal, conforme Resolução nº 05, de 12 de agosto de 2021, contribuindo para que se atinja o seguinte objetivo estratégico:

2.9.1. Conferir efetividade ao emprego dos recursos.

2.10. Justifica-se a contratação do objeto deste processo administrativo.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa (DPF/PGZ/PR)	Waldimiro Vieira Junior

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa a ser contratada deve possuir condições técnicas e operacionais de executar as atividades de transporte comercial, com abrangência municipal, compreendendo o carregamento de caixas e mobiliário, além de equipamentos de informática, elétricos e eletrônicos, e seus respectivos acessórios, dentre outros a serem discriminados em anexo ao Termo de Referência correspondente.

4.2. A contratação, designada para atendimento de demanda específica da DPF/PGZ/PR, observará os termos, valores, quantitativos e especificações previstos neste Estudo Técnico Preliminar, o regramento do respectivo Edital de Licitação e seus anexos, bem como demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

4.3. O licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, salvo pedido forma de equilíbrio econômico financeiro, quando devidamente justificado e dentro dos prazos estabelecidos pela legislação. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços apresentados.

4.4. O licitante deverá comprovar qualificação técnica e econômica, pelos motivos que seguem:

4.4.1. Qualificação técnica: se dará através da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por órgãos públicos ou empresas privadas, como forma de garantia de segurança para a Administração, no sentido de que o licitante tem condições e *know how* para a execução do contrato, caso seja o licitante vencedor;

4.4.2. Qualificação econômica: se dará através de apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, e balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), possibilitado, assim, que a Administração afigure as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato, buscando prevenir a participação de empresas aventureiras, que sem responsabilidade ou respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuir capital suficiente para concluir o objeto da obrigação, visto que o pagamento ocorre posteriormente à execução.

4.5. Demais requisitos serão previstos em tópico específico do Termo de Referência correspondente.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Quando o objeto da contratação visa a mudança de mobiliário, no âmbito da Polícia Federal, que comumente é formalizada para contratação que atenda serviços de mudanças de servidores removidos, que abrangem diversas localidades do Brasil, leva-se em consideração a quilometragem a ser percorrida, metro cúbico, multiplicado pela quantidade de quilômetros rodados, sendo que o preço é separado por faixa de quilometragem.

5.2. Para este caso temos que o local de origem e destino se separam por uma distância não superior à dois quilômetros, fator que torna não interessante a opção acima, vez que o preço da mudança

comercial seria ínfimo, e geraria evidente desinteresse por parte de eventuais interessados pela contratação, o que poderia resultar em uma licitação deserta ou fracassada.

5.3. Assim, optou-se por contratar o serviço completo e fechado de mudança comercial, cujas empresas interessadas terão todas as informações necessárias para a oferta de suas propostas, dada a peculiaridade da contratação, como as características dos imóveis de origem e destino, relação de todos os bens a serem transportados, layout com a localização dos setores, salas, ambientes e a distribuição dos funcionários no destino, dentre outros.

5.4. Cada empresa deverá apresentar propostas de acordo com tais características, e também deverá levar em conta o valor aproximado total dos bens, visando apresentação de apólice de seguro, cujas exigências detalhadas constarão no Termo de Referência correspondente.

5.5. Pretende-se contratar empresa especializada de mudança comercial, sendo classificado como serviço comum, tendo em vista apresentar padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos, em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, além de serem facilmente prestados por diversas empresas do ramo, que poderão estarem localizadas, ou não, na cidade de Ponta Grossa/PR.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. Serviços de mudança comercial, compreendendo o transporte local de mobiliários, equipamentos, documentos, processos, materiais de expediente, miudezas e demais bens patrimoniais pertencentes à Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa/PR, com utilização de caminhão(s) tipo Baú, incluindo os serviços de desmontagem, embalagem, identificação e carregamento na origem, descarga, montagem e arrumação no destino, com disponibilização de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, seguro e todos o material de proteção, embalagem e identificação necessários a perfeita execução dos serviços.

## **7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. Considerando tratar-se de serviço não continuado e de pronto atendimento, com datas e prazos fixos para o seu início e término, a quantidade a ser contratada será de apenas 01 (UM) SERVIÇO DE MUDANÇA COMERCIAL, que levará em consideração todas as peculiaridades da contratação constantes neste estudo e no Termo de Referência, além da relação com a descrição e quantitativo dos móveis, materiais e itens de expediente a serem transportados, a metragem cúbica do local de origem, o valor total aproximado dos bens, dentre outros.

7.2. O valor do serviço supra mencionada, atenderá uma localidade com 355m<sup>3</sup> (trezentos e cinquenta e cinco metros cúbicos), devendo os licitantes apresentarem proposta constando o valor total do serviço, conforme tabela constante em Termo de Referência.

7.3. A lista de elaborada pela delegacia demandante, que consta a metragem cúbica do local de origem, bem como a relação de todos o móveis/materiais/itens a serem transportados, deverá ser disponibilizada como anexo do Termo de Referência, possibilitando a correta dimensionamento das propostas das Empresa interessadas.

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. A Pesquisa de Mercado teve como fundamento a Instrução Normativa nº 65, de 08 de julho de 2021. Esse normativo dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, nos seguintes termos:

*"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas*

oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

*Metodologia para obtenção do preço estimado"*

8.2. Desta forma, conforme justificativas constante em Mapa Comparativo de Preços e sua análise crítica, devido à especificidade do objeto, optou-se pela utilização apenas dos orçamentos recebidos por fornecedores do ramo, cujo valor médio total da contratação, para a execução completa dos serviços, se perfiz no montante de **R\$ 77.625,00 (setenta e sete mil seiscientos e vinte e cinco reais)**.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. Não aplicável por tratar-se de serviço e item único.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Processo de cessão da área a ser disponibilizada pela Justiça do Trabalho, em fase de finalização, vez já ter sido autorizada naquele processo a formalização do Termo de Cessão, visando o compartilhamento das instalações - processo SEI 08385.012793/2022-68.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2021/2023 da Polícia Federal, conforme Resolução nº 05, de 12 de agosto de 2021, contribuindo para que se atinja o seguinte objetivo estratégico:

11.1.1. Conferir efetividade ao emprego dos recursos.

11.2. De modo a indicar o alinhamento da demanda com o instrumento de planejamento do órgão, informa-se que a demanda se encontra devidamente incluída no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2023, conforme documento acostado a estes autos eletrônicos - 29031507.

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. Desmontagem, encaixotamento, transporte, instalação e montagem completa de todo mobiliário da DPF/PGZ/PR em nova sede desta unidade, conforme Termo de Cessão de Uso junto à Justiça do Trabalho em Ponta Grossa/PR, localizada Rua Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 - Oficinas, Ponta Grossa/PR.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. 48h (quarenta e oito horas) antes da data agendada para início dos serviços, o órgão licitante disponibilizará:

13.1.1. relação atualizada dos materiais a serem transportados com número de patrimônio/identificação, localização e valor contábil;

13.1.2. layout com a localização dos setores, salas, ambientes e a distribuição dos funcionários no destino;

13.1.3. cronograma com a sequência a ser observada para a realização da mudança dos setores, salas da origem para o destino; e

13.1.4. apresentação da equipe de servidores que acompanhará e fiscalizará a execução dos trabalhos.

## **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 6º.

14.2. Os materiais e embalagens empregados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. Os produtos fornecidos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Além disso, os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.3. A empresa a ser contratada deverá observar a destinação ambientalmente correta dos resíduos produzidos durante a execução dos serviços.

14.4. A contratada deverá efetuar a limpeza dos locais de origem e de destino, das sobras e resíduos de materiais e embalagens utilizadas, removendo para local adequado, em conformidade com a legislação vigente.

14.5. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

14.6. Outras a constar em Termo de Referência.

**15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.2. Assim, **declaramos a viabilidade da contratação**, e recomendamos a contratação na forma proposta.

**16. RESPONSÁVEIS**

16.1. DPF WALDIMIRO VIEIRA JUNIOR;

16.2. APF CLAUDIA ALVES DOS SANTOS;

16.3. AADM ÁDAMO HENRIQUE LOUZADA.

**WALDIMIRO VIEIRA JUNIOR**

Delegado de Polícia Federal  
Membro Requisitante da EPC

**CLAUDIA ALVES DOS SANTOS**

Agente de Polícia Federal  
Membro da EPC

**ÁDAMO HENRIQUE LOUZADA**

Agente Administrativo  
Membro Administrativo da EPC



Documento assinado eletronicamente por **WALDIMIRO VIEIRA JUNIOR, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 23/01/2024, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA ALVES DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 23/01/2024, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADAMO HENRIQUE LOUZADA, Agente Administrativo(a)**, em 23/01/2024, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=33490192&crc=2D2E1FDD](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=33490192&crc=2D2E1FDD).  
Código verificador: **33490192** e Código CRC: **2D2E1FDD**.

